

OSVALDO AGRIPINO DE CASTRO JÚNIOR
Advogado e Doutor em Direito

MAICON RODRIGUES
Advogado e Mestre em Direito

DIREITO PORTUÁRIO
MODICIDADE, PREVISIBILIDADE E
DEFESA DA CONCORRÊNCIA

PREFÁCIO PEDRO MANOEL ABREU



Florianópolis – 2019

Editora CONCEITO EDITORIAL

Presidente
Salézio Costa

Editores
Orides Mezzaroba
Valdemar P. da Luz

Coordenação Editorial
Lourdes Fernandes Silva

Capa e Diagramação
Paulo H. Benczik

Conselho Editorial	José Antônio Peres Gediel
André Maia	José Antônio Savaris
Adriana Mildart	Lenio Luiz Streck
Aline de C. M. Maia Liberato	Marcelo Alkmim
Carlos Alberto P. de Castro	Martonio Mont'Alverne B. Lima
Cesar Luiz Pasold	Michel Mascarenhas
Diego Araujo Campos	Renata Elaine Silva
Edson Luiz Barbosa	Samantha Ribeiro Meyer Pflug
Fauzi Hassan Choukr	Sérgio Ricardo F. de Aquino
Jacinto Coutinho	Theodoro Vicente Agostinho
Jerson Gonçalves C. Junior	Vicente Barreto
João Batista Lazzari	Vladmir Oliveira da Silveira
Jonas Machado Ramos	Wagner Balera

Catalogação na Publicação: Bibliotecária Angela Schmidt CRB-14/1171

C355d

Castro Júnior, Osvaldo Agripino de. Direito portuário : modicidade, previsibilidade e defesa da concorrência / Osvaldo Agripino de Castro Júnior, Maicon Rodrigues.

1. ed. – Florianópolis : Conceito Editorial, 2019.

246p.

ISBN 978-85-7874-448-9

1. Direito portuário 2. Direito da concorrência 3. Direito

I. Rodrigues, Maicon II. Título.

CDU – 342.29

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo.
A violação dos direitos autorais é punível como crime, previsto no Código Penal e na Lei de direitos autorais (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

© Copyright 2019 Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Rua Hipólito Gregório Pereira, 700 – 3º Andar
Canasvieiras – Florianópolis/SC – CEP: 88054-210
Editorial: Fone (48) 9611-5911 – editorial@conceitojur.com.br
Comercial: Fone (48) 3240-1300 – comercial@conceitojur.com.br

www.conceitojur.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	9
APRESENTAÇÃO	15
ROL DE ABREVIATURAS E SIGLAS	41
INTRODUÇÃO	43

CAPÍTULO 1

TEORIA GERAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DE INTERESSE PÚBLICO DO SETOR PORTUÁRIO	53
1.1. Serviço público	54
1.2. Serviço de interesse público	57
1.3. Preço público	59
1.4. Tarifa.....	60
1.5. Preço privado.....	63
1.6. Concessão	64
1.7. Permissão	66
1.8. Autorização	67
1.9. Arrendamento portuário.....	69
1.10. Regulação setorial independente	69
1.11. Usuário.....	70
1.12. Captura.....	72
1.13. Princípio	74
1.14. Modicidade	75
1.15. Publicidade	80
1.16. Previsibilidade.....	82
1.17. Direitos do usuário	84
1.18. Deveres do usuário	87
1.19. Princípio da defesa da concorrência.....	88
1.20. Princípio da segurança jurídica	89

1.21. Princípio da eficiência	90
1.22. Aumento arbitrário do lucro	91
1.23. Regulação econômica.....	92

CAPÍTULO 2

TEORIA GERAL DA REGULAÇÃO SETORIAL DOS TERMINAIS

ARRENDADOS E DE USO PRIVADO	95
2.1. O setor portuário/Conselho de Autoridade Portuária	97
2.2. Autoridade Portuária	99
2.3. Serviço público portuário	100
2.4. Concessão	100
2.5. Arrendamento.....	100
2.6. Serviços de interesse público no setor portuário	101
2.7. Terminal de uso privado	102
2.8. Regulação setorial independente: as competências da Antaq	103
2.9. O marco regulatório no setor portuário	108
2.10. Serviços públicos prestados pelo terminal arrendado	113
2.11. Reajuste tarifário	117
2.12. Revisão tarifária	120
2.13. Regulação econômica das tarifas	122
2.14. Serviços autorizados prestados por terminal de uso privado	124
2.15. Regulação econômica dos preços	127

CAPÍTULO 3

TEORIA GERAL DA DEFESA DA CONCORRÊNCIA NO SETOR

PORTUÁRIO.....	131
3.1. Aspectos históricos.....	131
3.2. Serviço público e atividade econômica em sentido estrito no setor portuário.....	135
3.3. Mercado.....	139
3.4. Mercado relevante.....	140
3.5. Concorrência.....	141
3.6. Infrações da ordem econômica.....	153
3.7. Teoria geral da defesa da concorrência no setor portuário.....	156
3.8. Defesa da concorrência na Lei dos Portos.....	158
3.9. Regulamento Portuário e defesa da concorrência.....	163
3.10. Em busca da promoção da concorrência.....	164
3.11. Relação do Cade com as agências setoriais	166
3.12. O Cade e a defesa da concorrência no setor portuário	168
3.13. Análise do caso THC2	175

3.14. Cade e Antaq: possibilidades e limites da cooperação na defesa da concorrência.....	177
3.15. O papel da Antaq, da Autoridade Portuária e do CAP na defesa da concorrência.....	182

CAPÍTULO 4

MODICIDADE E PREVISIBILIDADE NO SETOR PORTUÁRIO	189
4.1. Modicidade.....	190
4.1.1. No arrendamento portuário	199
4.1.1.1. Caso Libra Rio.....	199
4.1.1.2. Caso <i>APM Terminals</i> (Itajaí/SC)	203
4.1.1.3. Caso Tecon Salvador.....	208
4.1.2. No terminal de uso privado	210
4.1.2.1. Caso Portonave (Navegantes/SC)	210
4.2. Previsibilidade	213
4.2.1. No arrendamento portuário	215
4.2.1.1. Caso Libra Rio.....	215
4.2.1.2. Caso <i>APM Terminals</i> (Itajaí/SC)	216
4.2.2. No terminal de uso privado	218
4.2.2.1. Caso Portonave (Navegantes/SC)	218
4.3. O papel da Resolução nº 3.274/2014	219
4.4. Modicidade.....	221
4.4.1. Nos terminais arrendados.....	221
4.4.2. Nos terminais de uso privado.....	222
4.5. Previsibilidade	223
4.5.1. Nos terminais arrendados.....	223
4.5.2. Nos terminais de uso privado.....	224
4.6. Limites e possibilidades da modicidade e da previsibilidade no setor portuário.....	225
4.6.1. Nos terminais arrendados.....	225
4.6.2. Nos terminais de uso privado.....	226
CONCLUSÃO	229
REFERÊNCIAS.....	237